

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo da Integração Brasileira com os Países do MERCOSUL
- Lei Federal nº 12.095 de 19 de novembro de 2009 –

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021, e art. 7º, inciso I da IN 40/2020):

O presente Estudo técnico Preliminar trata-se da necessidade de abertura de processo licitatório para aquisição de veículos camionete *pick-up*, tendo em vista que esta Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é responsável por atividades de manutenção de vias públicas, praças, parques e demais áreas pertencentes ao Município. Entre essas atribuições, destacam-se a poda e a remoção de árvores e galhos, a roçada de vegetação e o transporte de equipamentos e materiais necessários à execução de serviços.

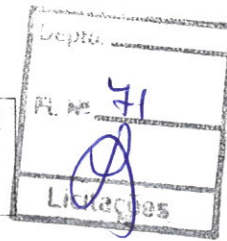
Atualmente, a frota municipal apresenta limitações, com veículos defasados e de pouca capacidade para transporte de ferramentas de maior porte, como motosserras, podadores, motopodas e roçadeiras. Isso compromete a eficiência das equipes em campo, gerando atrasos e aumento de custos operacionais.

A aquisição de uma camionete *pick-up*, surge como medida indispensável para sanar essa deficiência, pois permitirá o transporte adequado de materiais, galhos e equipamentos, além de oferecer mobilidade adequada para os servidores que atuam em serviços de manutenção urbana, bem como nas demais atividades logísticas desta Pasta, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços prestados à população.

2 – PREVISÕES NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, § 1º, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, e Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020):

Informamos que esta Secretaria não possui o Plano Anual de Contratações.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inciso III, da Lei 14.133/2021, e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020):



3.1 Os bens mencionados acima têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 Os veículos deverão atender as seguintes exigências:

VEÍCULO CAMINHONETE, TIPO PICAPE, NOVA, ZERO KM, 4x2, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

- Ano/modelo: 2025/2026;
- 04 (quatro) portas;
- 05 (cinco) lugares;
- Cor branca;
- Tração 4x2;
- Transmissão **manual** de 05 ou 06 marchas E **automática**;
- Motor: 1.2 (no mínimo);
- Combustível: gasolina (ou flex gasolina/álcool);
- Potência mínima: 98cv;
- Capacidade mínima de carga na caçamba: 600Kg;
- Capacidade mínima de volume de caçamba de 580 litros;
- Tapetes em PVC borracha para apoio dos pés do motorista, do carona e dos passageiros traseiros;
- Ar-condicionado quente e frio;
- Direção hidráulica ou elétrica, vidro elétrico, travas elétricas;
- Bancos em couro sintético ou vinil;
- Protetor de caçamba;
- Tomada de 12v;
- Sistema multimídia com tela de LCD multifuncional sensível ao toque (Wi-fi / Bluetooth/USB, espelhamento Android/IOS, câmera de ré);
- Air bags;
- Cinto de segurança para todos os tripulantes;
- Freios ABS e assistencial de frenagem;
- Faróis de neblina;
- Protetor de cárter;
- Com quatro pneus, conforme recomendado pelo fabricante;
- Pneu estepe com as mesmas características;
- Chave de rodas;
- Triângulo de sinalização;
- Macaco;
- Todos equipamentos exigidos pelo CTB;
- Alarme antifurto;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Quebra mato;
- “Santo Antônio” com protetor de segurança do vidro traseiro. (OBS.: não sendo possível o conjunto, deverá ser individual cada item);
- Etribos laterias;
- Adesivada com logo da Prefeitura e do respectivo departamento/programa;

- Película protetora nos vidros;
- Engate de reboque.

Depto.	
FL N°	72
	9
Licitações	

3.3 Deverá ter **garantia**: mínima 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, incluindo assistência técnica total, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento.

3.4 Deverão estar incluídas nos custos da compra as três primeiras revisões obrigatórias, que deverão ser realizadas em concessionária de veículos, com raio máximo de 250 quilômetros da sede do Município de Sant'Ana do Livramento-RS.

3.5 Os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados em nome da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, nota fiscal sendo a Prefeitura sua primeira e única proprietária.

3.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será 12 (doze) meses a partir da assinatura, com possibilidade de renovação até o limite da Lei n.º 14.133/2021.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso V da IN 40/2020):

Estima-se a quantidade de 03 (três) veículos picape com transmissão manual e 03 (três) veículos picape com transmissão automática, conforme especificações constantes no item 3 (acima).

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, inciso V, da Lei 14.133/2021):

Os valores unitários dos itens mencionado na **Requisição n.º 21/2025** foram realizados pelo setor de compras da Secretaria de Serviços Urbanos, conforme demonstra os orçamentos (disponibilizados por empresas especializadas no ramo) e consultas públicas em anexo.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020):

Considerando os orçamentos e as consultas públicas realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi à média ponderada dos valores unitários apresentado no item da solução. Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, conforme orçamentos e consultas públicas realizados por esta Secretaria (conforme planilha de média em anexo).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020):



O veículo tipo pick-up 4x2 é a solução mais adequada às necessidades desta Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, pois alia **capacidade de carga, versatilidade de uso e robustez mecânica**. Outras opções, como veículos de passeio ou vans, não atenderiam às exigências operacionais, por não possuírem caçamba ou resistência adequada ao transporte de equipamentos pesados. Assim, a escolha pela camionete garante maior eficiência no atendimento à população e maior vida útil do bem adquirido.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020):

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que a divisão dos itens (item 1 - veículo com transmissão manual e item 2 - veículo com transmissão automática) não geraria perda de economia de escala e não causaria inviabilidade técnica.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei 14.133/21, e Art. 7º, inciso X da IN 40/2020):

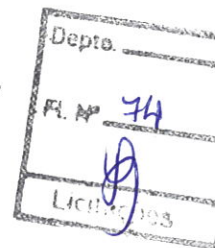
A aquisição de veículos para atender às necessidades desta Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é uma medida estratégica que visa aprimorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos prestados, em consonância com o artigo 18, § 1º, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021. O objetivo central é garantir a mobilidade e a agilidade permitida para o cumprimento das funções institucionais desta Pasta, resultando em benefícios à população.

Assim, pretende-se, com a contratação:

- a) Maior eficácia no atendimento às demandas de competência desta Pasta que, para seu cumprimento, dependam da utilização de veículo do tipo picape;
- b) Redução de custos de manutenção junto a oficinas, visto que o veículo novo não demandará ônus com manutenção e trocas de peças cobertas por garantia contratual, durante o período garantia;
- c) Redução do consumo de combustíveis, em virtude de que veículos novos dispõem de tecnologia atualizada, com aumento de eficiência energética.

Por fim, diante da natureza de tais objetos, tal escolha reflete um compromisso com a gestão eficiente e responsável dos recursos. Esta abordagem oferece um balanço otimizado entre economicidade e eficiência operacional, alinhando a necessidade de

manutenção urbana com a responsabilidade fiscal e ambiental. Por meio desta estratégia, o município demonstra não apenas um comprometimento com a conservação do meio ambiente e saúde pública, mas também com a administração prudente e sustentável dos recursos públicos.



10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (art. 18, § 1º, inciso X, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020):

Será previsto no edital e no contrato o servidor que será responsável pela fiscalização e acompanhamento dos objetos do contrato, que poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos veículos.

O fiscal do contrato será o servidor: Carlos Roberto Peres de Souza, Matrícula nº. 500854, Cargo: mecânico.

Outrossim, de resto, para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020):

Não existem contratações correlatas.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso XII, da IN 40/2020):

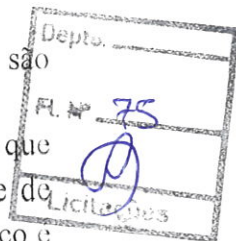
A aquisição de veículos tipo picape por esta Secretaria deve ser realizada com atenção especial aos quesitos de sustentabilidade e aos possíveis impactos ambientais, em conformidade com o artigo 5º e o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis CGU/AGU.

Na perspectiva da sustentabilidade, a contratação deve priorizar veículos que proporcionem maior eficiência energética e que utilizem combustíveis menos poluentes (veículos flex), como o etanol, que tenham menor impacto ambiental em comparação com a gasolina comum. Adicionalmente, deve-se considerar a inclusão de critérios de eficiência na seleção dos veículos, como a menor emissão de gases poluentes, o consumo de combustível por milhas rodadas e o uso de tecnologias que reduzam o impacto ambiental, como sistemas de baixa fricção e melhorias aerodinâmicas. Esses critérios são essenciais para garantir que uma frota adquirida esteja em conformidade com as metas de sustentabilidade do município, contribuindo com a preservação do meio-ambiente.

Os principais impactos ambientais associados à aquisição e operação de veículos incluem a emissão de gases de efeito estufa (GEE), como o dióxido de carbono (CO₂), e outras emissões atmosféricas, como óxidos de nitrogênio (NO_x) e material particulado (MP). Esses pontos importantes para a manipulação da qualidade do ar, o aquecimento global e problemas de saúde pública, como doenças respiratórias. A operação contínua

dos veículos também geram resíduos sólidos, como pneus e baterias, que são descartados adequadamente para evitar contaminação ambiental.

Para mitigar esses impactos, a seleção de veículos deve considerar modelos que atendam às normas ambientais vigentes e que possuam tecnologias para controle de emissões. Além disso, a adoção de um programa de manutenção preventiva específico é essencial para garantir que os veículos operem de forma eficiente, com menores emissões e maior economia de combustível, reduzindo, assim, os impactos ambientais durante o seu uso.



13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, inciso XIII, da Lei 14.133/21, e art. 7º, inciso XIII, da IN 40/2020):

Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação. Este Estudo Técnico Preliminar conclui-se que a aquisição de veículos camionete tipo picape é uma escolha viável e extremamente benéfica para o município. Portanto, recomenda-se enfaticamente a adoção desta técnica como parte da estratégia de manutenção e melhoria dos espaços urbanos, contribuindo para um ambiente mais seguro, saudável e agradável para todos os cidadãos.

Viabilidade Orçamentária por meio dos recursos, assim passamos a expor:

Recurso orçamentário:

Projeto / Atividade	Recurso orçamentário	Natureza da despesa	Saldo
100104.122.0010.3009	1501 - outros recursos não vinculados	3449052	R\$ 2.567,06
100104.122.0010.3009	1500 - recursos não vinculados de impostos	3449052	R\$ 442,23
Data: 22/09/2025. Responsável pela dotação: <div>Gabriela Elaine Silva Matricula: 52598 Contadora CRCRS 88.933</div>			

Equipe Técnica de Elaboração do ETP:

André Morel
Matr: 21889-1

Francisco Borges
Matr.: 22650-1

Jonathan Villagran
Matr: 23319-1

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Depto. _____
N.º _____

Assim como toda contratação, evidenciam-se alguns riscos no curso da contratação. Neste mapa não se incluem aqueles que são de responsabilidade da gestão do contrato, mas apenas os que permeiam até a formalização da contratação.

Risco 01 – Falta de disponibilidade orçamentária		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Baixa	<input type="checkbox"/> () Média
		<input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Média
		<input type="checkbox"/> () Alta
Dano		
Não será possível a contratação, o que acarreta prejuízo no desenvolvimento pessoal dos servidores.		
Ação Preventiva	Responsável	
Buscar junto à Administração/ Secretaria Municipal de Serviços Urbanos remanejamento de valores previstos no orçamento anual desta pasta.	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	
Ação de Contingência	Responsável	
Não há.	Não há.	

Risco 02 – Na coleta de preços o orçamento não corresponde à realidade do mercado.	
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> () Baixa <input checked="" type="checkbox"/> (X) Média <input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Baixa <input checked="" type="checkbox"/> (X) Média <input type="checkbox"/> () Alta
Dano	
Empresas consultadas apresentaram preços dentro dos praticados no mercado, conforme orçamentos e consulta pública realizados pelo setor de Compras da SMSU.	
Ação Preventiva	Responsável
Pesquisa de preços em órgãos públicos.	Setor de Compras S.M.S.U.
Ação de Contingência	Responsável
Definição de rotina e responsabilidade para pesquisas em várias fontes.	Setor de Compras S.M.S.U.

Risco 03 – Atraso na conclusão da licitação	
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> () Baixa <input checked="" type="checkbox"/> (X) Média <input type="checkbox"/> () Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Baixa <input checked="" type="checkbox"/> (X) Média <input type="checkbox"/> () Alta
Dano	
Não atendimento da necessidade, prejudicando a manutenção dos serviços atendidos pela Secretaria.	

Ação Preventiva	Responsável
Acompanhamento do processo junto ao Pregoeiro (a) e demais unidades envolvidas, dando maior celeridade ao processo.	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
Ação de Contingência	Responsável
Prestar suporte junto ao Pregoeiro (a) para que algum problema enfrentado seja resolvido de forma mais célere.	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
Risco 04 – Recursos administrativos procedentes	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta
Dano	
Atraso na licitação e não atendimento às demandas no prazo necessário.	
Ação Preventiva	Responsável
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco.	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
Ação de Contingência	Responsável
Análise junto ao Pregoeiro (a) quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Sant'Ana do Livramento-RS, 22 de setembro de 2025.

André Morel

André Morel
Matr: 21889-1

Francisco Borges

Francisco Borges
Matr.: 22650-1

Jonathan Villagran

Jonathan Villagran
Matr: 23319-1